

FONTE : Folha da TardeDATA : 11.01.85CLASS. : 88

PG. : _____

190 Os índios se rebelam e Figueiredo recua

O presidente João Figueiredo sustou ontem a publicação, no Diário Oficial, do decreto-lei assinado na véspera permitindo a mineração em terras indígenas. E determinou que o assunto seja reexaminado pela Casa Civil e pela Secretaria do Conselho de Segurança Nacional. O ministro Leitão de Abreu, chefe da Casa Civil, explicou que o presidente verificou, após ter assinado o decreto-lei apresentado pelo ministro César Cals, das Minas e Energia, que a decisão era "polêmica".

"O presidente foi sensível às ponderações", explicou Leitão de Abreu à tarde, ao deixar a Casa de Saúde São José, depois de despachar com Figueiredo. "Havia motivos para um reestudo da questão. O decreto não estava publicado e, portanto, não está consumado porque

só produz efeito a partir da publicação", acrescentou Leitão de Abreu.

O porta-voz da Presidência da República, Carlos Átila, confirmou depois a suspensão da publicação do decreto. E explicou que a exposição de motivos apresentada pelo ministro César Cals, das Minas e Energia, e Mário Andreazza, do Interior, indica que a intenção do governo "é a de preservar os interesses dos índios e disciplinar o uso do subsolo nas reservas indígenas".

A decisão do presidente Figueiredo em sustar a publicação do decreto não alterou a disposição dos líderes indígenas de manter em Brasília uma vigília permanente até a mudança de governo. "Nós vamos ficar aqui até sair esse João

Batista, que não sabe pensar. Se ele fizer outra besteira igual essa, pego essa tesoura e corto as orelhas dele", disse o cacique xavante Celestino, que já comandou dois ataques contra fazendas da reserva Parabubure, em Mato Grosso.

A notícia chegou à Funai às 16 horas. Aos gritos de "bomba, bomba", o assessor de imprensa do órgão, José Pedroso, contou a novidade para o chefe de gabinete, Marcos Terena. Nesse momento, 150 índios estavam reunidos nas dependências da Funai, decidindo onde acampariam para protestar. Os caciques dos xavante, carajá, caiapó e mais dezessete tribos, exaltados, queriam invadir as dependências do Congresso Nacional e esperar a votação do Colégio Eleitoral. Os índios do Nordeste, mais aculturados, redigiam o documento

das lideranças, enquanto esperavam o cacique Raoni, dos txucarramãe, que em março liderou a rebelião do Xingu.

O presidente da Funai, Nelson Marabuto, recebeu telefonema do ministro Mário Andreazza, comunicando a nova decisão e, imediatamente reuniu seus assessores. Horas antes, Marabuto havia enviado um rádio a todos os postos indígenas do País determinando que em nenhuma reserva fosse permitido o ingresso das companhias de mineração ou garimpeiros. Ele assinou também a nota oficial que diz: "Fiel a essa herança e compromissos históricos, a Funai, através de sua atual direção, reafirma sua adesão à vontade expressa dos índios e sua obrigação legal de proteger e defender os direitos e interesses dessas populações."